



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado arrendador
O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume em dezembro de 2023 de novos negócios de R\$ 747 milhões de reais (R\$ 699 milhões de reais em dezembro de 2022). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em dezembro de 2023 apresentou um saldo de R\$ 15.722 bilhões (R\$ 15.214 bilhões em dezembro de 2022), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing.

A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") alcançou o montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 1.568.494 mil (R\$ 1.680.637 mil em dezembro de 2022), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos, normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

Fontes de Recursos

A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.

A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando na recuperação e crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresenta Capital Social o montante de R\$ 617.652 mil, composto de 825.684.957 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.

Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 a companhia apresentava Capital Social o montante de R\$ 557.455 mil, composto de 762.591.072 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.

Em 21 de dezembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2021 no valor bruto total de R\$ 30.320 mil, com unânime aprovação pelos acionistas a aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 25.772 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 4.548 mil. Submetido à aprovação ao Banco Central do Brasil, teve sua homologação em 04 de janeiro de 2023, passando o Capital Social para R\$ 583.227 mil, com emissão de 28.321.158 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,91 por ação, ficando, o capital social, dividido em 790.912.230 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2022 no valor bruto total de R\$ 40.500 mil, com unânime

aprovação pelos acionistas a aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 34.425 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 6.075 mil. Submetido à aprovação ao Banco Central do Brasil, teve sua homologação em 07 de agosto de 2023, passando o Capital Social para R\$ 617.652 mil, com emissão de 34.772.727 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,99 por ações, ficando, o capital social, dividido em 825.684.957 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.

Em 19 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2023 no valor bruto total de R\$ 50.400 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R\$ 42.840 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R\$ 7.560 mil, submetido à, e aguardando aprovação do Banco Central do Brasil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 934.901 mil (31 de dezembro de 2022 – R\$ 841.099 mil).

O cálculo dos juros sobre capital próprio gerou uma economia tributária de R\$ 20.160 mil (25% de IRPJ e 20% de CSLL de acordo à MP 1.034 de março/2021).

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 26 de Março de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2023		31/12/2022		PASSIVO	Notas	31/12/2023		31/12/2022	
Circulante		796.749	795.598			Circulante		289.279	327.383		
Disponibilidades	4	48.036	13.824			Obrigações por empréstimos	10	245.248	267.908		
Operações de arrendamento mercantil		707.679	729.152			Empréstimos no exterior		245.248	260.869		
Arrendamento mercantil Financeiro		707.646	729.157			Empréstimos no país		-	7.039		
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	731.415	749.816								
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(23.769)	(20.659)			Outras obrigações		44.031	59.475		
Arrendamento mercantil operacional		33	(5)			Fiscais correntes	9a	13.705	31.262		
Arrendamentos a receber – setor privado	6	6.225	12.379			Sociais e estatutárias	12d	5.726	6.630		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(6.099)	(12.060)			Diversas	9e	24.600	13.600		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(93)	(324)								
Outros créditos		42.562	52.508			Exigível a longo prazo		415.514	577.138		
Ativo fiscal corrente	7	39.374	48.849			Obrigações por empréstimos	10	326.690	505.607		
Diversos	7	3.188	3.659			Empréstimos no exterior		326.690	505.607		
Outros valores e bens		472	114								
Bens não de uso próprio		472	114			Outras obrigações		88.824	71.531		
Realizável a longo prazo		835.123	938.775			Fiscais correntes		-	-		
Operações de arrendamento mercantil		804.033	893.830			Fiscais diferidas	9a	87.130	71.340		
Arrendamento mercantil financeiro		804.122	893.927			Diversas	9d	1.694	191		
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	831.131	919.255								
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(27.009)	(25.328)			Patrimônio líquido		934.901	841.099		
Arrendamento mercantil operacional		(89)	(97)			Capital social – de domiciliados no exterior		617.652	557.455		
Arrendamentos a receber – setor privado	6	3.473	4.322			Capital a integralizar		42.840	60.197		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	(3.473)	(4.322)			Reservas de lucros		274.409	223.447		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	(89)	(97)								
Outros créditos		31.090	44.945			Total do passivo e patrimônio líquido		1.639.694	1.745.620		
Ativo fiscal diferido	8a	31.066	44.909								
Diversos	7	24	36								
Permanente	6	5.822	11.247								
Imobilizado de arrendamento operacional		5.822	11.247								
Bens arrendados		29.295	43.893								
Provisão para perdas de bens arrendados		(7.354)	(10.267)								
Depreciações acumuladas		(16.119)	(22.379)								
Total do ativo		1.639.694	1.745.620								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º semestre de 2023 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Notas	Capital Social		Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras	Legal	Outras		
Aumento de capital		557.455	-	25.772	126.099	-	734.967
Lucro líquido do período		-	-	-	-	116.313	116.313
Destinações:							
Reserva legal	12b	-	-	5.816	-	(5.816)	-
Dividendos propostos	12d	-	-	(6.630)	-	(6.630)	(6.630)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	12d	-	-	-	-	2.524	2.524
Juros sobre capital próprio	12e	-	-	-	-	(40.500)	(6.075)
Aumento de capital a integralizar		-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	-	-	-	65.891	(65.891)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		557.455	-	60.197	191.990	-	841.099
Aumento de capital	12a	60.197	-	(60.197)	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	100.458	100.458
Destinações:							
Reserva legal	12b	-	-	5.021	-	(5.021)	-
Dividendos propostos	12d	-	-	(5.726)	-	(5.726)	(5.726)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	12d	-	-	-	-	6.630	6.630
Juros sobre capital próprio	12e	-	-	-	-	(50.400)	(7.560)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	-	-	-	45.941	(45.941)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		617.652	-	42.840	36.478	237.931	934.901
Saldos em 30 de junho de 2023		583.227	-	34.425	33.131	228.557	879.341
Aumento de capital	12a	34.425	-	(34.425)	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	66.935	66.935
Destinações:							
Reserva legal	12b	-	-	3.347	-	(3.347)	-
Dividendos propostos	12d	-	-	-	-	(3.814)	(3.814)
Juros sobre capital próprio	12e	-	-	-	-	(50.400)	(7.560)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	-	-	-	9.374	(9.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		617.652	-	42.840	36.478	237.931	934.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

1. Contexto Operacional

A HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), empresa do Grupo Hewlett Packard Enterprise ("Grupo HPE" ou "Grupo"), tem sede a Alameda Rio Negro, 750 – 1º andar – Barueri-SP – CEP 06454-000 e o seu acionista majoritário é a HPFS Funding B.V. O objetivo principal da Instituição é a prática de operações de arrendamento mercantil que são contratadas diretamente com os clientes corporativos da Hewlett Packard Enterprise Brasil S.A., por meio do fornecimento de máquinas e equipamentos de informática e soluções tecnológicas e com clientes usuários de microcomputadores e periféricos por meio do canal de distribuição dos produtos HPE.

Os contratos de arrendamento mercantil são efetuados a taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) são efetuadas com recursos próprios e com recursos de empréstimos contraídos diretamente do exterior, e as operações vinculadas à variação cambial, exclusivamente com recursos de empréstimos contraídos diretamente no exterior.

Caso o passivo circulante seja maior do que o ativo circulante, por política global de Tesouraria, a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. capta recursos para aplicar em suas operações de arrendamento diretamente da matriz no exterior onde as operações de empréstimos poderão ter seus vencimentos ajustados com base na contratação de novas operações ou extensão dos prazos das operações existentes ajustando dessa forma o fluxo de caixa.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo HPE. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas do Conselho Monetário do Brasil (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Durante o exercício de 2020, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos das operações de arrendamento mercantil financeiro foram apresentados pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas; incluindo a Demonstração do Resultado Abrangente.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, porém nem todos homologados pelo

BACEN. Dessa forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN.

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução BCB nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2021;
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;
- CPC 41 – Resultado por Ação – Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020;
- CPC 46 – Mensuração ao valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.
- CPC 47 – Reconhecimento de Receita de Contrato com Clientes – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Rendas de arrendamento mercantil e apuração dos resultados
As rendas de arrendamento são registradas quando dos vencimentos das parcelas contratuais, conforme determinado pela Portaria MF-140/84, não observando o regime de competência.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.818/2020 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º semestre de 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Notas	2º Semestre		Exercícios	
	de 2023	31/12/2023		31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	13a	587.454	1.199.888	1.077.447
Operações de arrendamento mercantil		587.454	1.199.888	1.077.447
Despesas da intermediação financeira	13b	(487.622)	(1.012.736)	(919.417)
Operações de empréstimos e repasses		(29.290)	(62.889)	(61.627)



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

Os ativos não financeiros ficam disponíveis para venda e são contabilizados pelo valor contábil (valor do imobilizado dos bens arrendados deduzido das depreciações acumuladas). Devido ao prazo dos contratos de arrendamento mercantil, que variam de 36 a 60 meses, entendemos que não há divergências entre o valor justo e o valor registrado no ativo realizável.

d. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados.

Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados em operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

e. Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

f. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados em conformidade com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN 3.823/09 e Instrução Normativa BCB 319/22, conforme critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução do valor recuperável.

h. Operação de empréstimo e repasse

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessita no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

i. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

j. Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 4.818/2021, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A empresa não apresentou resultados não recorrentes no exercício de 2023.

4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Depósito à vista/conta corrente	48.036	13.824
Total de caixa e equivalente de caixa	48.036	13.824

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e resumizados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429/1989 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 67.234 (R\$ 57.358 em dezembro de 2022).

Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento operacional são registrados no imobilizado e depreciação acumulada; o valor vencido e não pago resulta do valor líquido registrado em arrendamentos a receber menos rendas a apropriar. Apresenta ainda a provisão de perdas para bens arrendados (impairment).

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais.

Para ambas classificações, financeiro e operacional, o quadro abaixo demonstra as correspondentes rubricas de registros.

	31/12/2023		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	9.698	1.790.252	1.799.950
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(9.572)	(1.777.202)	(1.786.774)
Imobilizado de arrendamento	29.295	3.076.037	3.105.332
Depreciações acumuladas	(16.119)	(1.838.699)	(1.854.818)
Superveniência de depreciação	–	348.518	348.518
Provisão para perdas de bens arrendados	(7.354)	–	(7.354)
Perdas em arrendamentos a amortizar	–	9.668	9.668
Credores por antecipação do valor residual	–	(46.028)	(46.028)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	5.948	1.562.546	1.568.494
	31/12/2022		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	16.701	1.936.147	1.952.848
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(16.382)	(1.927.521)	(1.943.903)
Imobilizado de arrendamento	43.893	3.031.925	3.075.818
Depreciações acumuladas	(22.379)	(1.640.023)	(1.662.402)
Superveniência de depreciação	–	285.361	285.361
Provisão para perdas de bens arrendados	(10.267)	–	(10.267)
Perdas em arrendamentos a amortizar	–	8.963	8.963
Credores por antecipação do valor residual	–	(25.781)	(25.781)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	11.566	1.669.071	1.680.637

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos		
A partir de 15 dias	9.344	4.961
A vencer		
Até 3 meses	224.255	217.313
De 3 a 12 meses	497.816	527.542
De 1 a 3 anos	715.603	781.909
De 3 a 5 anos	115.180	137.165
Acima de 5 anos	348	181
	1.553.202	1.664.110
Total	1.562.546	1.669.071

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	31/12/2023		31/12/2022	
	% – Sobre	Total	% – Sobre	Total
Sector Público Federal				
Indústria	5.244	0,334	21.988	1,332
Sector Privado				
Rural	404	0,003	937	0,06
Indústria	346.026	22,115	340.795	20,442
Comércio	340.879	21,882	344.727	20,65
Instituição financeira	20.827	1,333	37.951	2,27
Serviços	841.301	53,884	910.606	54,566
Habitação	7.865	0,550	12.067	0,772
Total	1.562.546	100,0	1.669.071	100,0

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Nível de Risco	Curso Normal	Total da carteira de provisão	Percentual Provisão
AA	99.790	–	99.790	–
A	519.575	222	519.797	0,5
B	570.026	516	570.542	1
C	239.321	661	239.982	3
D	80.273	2.540	82.813	10
E	28.119	2.092	30.211	30
F	2.539	125	2.664	50
G	496	2	498	70
H	13.063	3.186	16.249	100
Total	1.553.202	9.344	1.562.546	50.778

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre de 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo inicial (leasing financeiro)	Complemento (Reversão) de provisão	Saldo inicial (leasing financeiro)	Complemento (Reversão) de provisão	Saldo inicial (leasing financeiro)	Complemento (Reversão) de provisão
Saldo inicial (leasing financeiro)	55,048	45,987	84,246			
Complemento (Reversão) de provisão	(725)	12,289	10,188			
Baixas contra a provisão	(3.561)	(7,498)	(48,447)			
Saldo final (leasing financeiro)	50.762	50.778	45.987			

8. Ativo fiscal diferido

Créditos Tributários – Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	2º Semestre de 2023		31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Constituição
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	2.567	–	(728)	1.839	2.567	–
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	24.777	–	(9.218)	15.559	24.777	–
Imposto de renda sobre BNDU	12	38	–	50	12	38
Passivo Contingente	28	–	(13)	15	28	–
Base negativa de imposto de renda (*)	–	3.125	–	3.125	–	3.125
Subtotal	27.384	3.163	(9.959)	20.588	27.384	3.163
Créditos tributários de contribuição social						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.643	–	(540)	1.103	1.643	–
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.857	–	(6.522)	9.335	15.857	–
Contribuição social sobre BNDU	8	23	–	31	8	23
Passivo Contingente	17	–	(8)	9	17	–
Subtotal	17.525	23	(7.070)	10.478	17.525	23
Total	44.909	3.186	(17.029)	31.066	44.909	3.186

(*) Em conformidade com a Resolução CMN 4.842 de 30/07/2020 o valor proveniente da Base Negativa não deve compor a projeção de expectativa de realização.

	2024		2025		2026		2027		2028		Total
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição	
Créditos tributários de imposto de renda											
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.435	–	(2.868)	2.567	5.435	–	(2.868)	2.567	5.435	–	2.567
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	23.697	1.080	–	24.777	23.697	1.080	–	24.777	23.697	1.080	24.777
Imposto de renda sobre BNDU	28	–	(16)	12	28	–	(16)	12	28	–	12
Passivo Contingente	8	20	–	28	8	20	–	28	8	20	28
Base negativa de imposto de renda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	29.168	1.100	(2.884)	27.384	29.168	1.100	(2.884)	27.384	29.168	1.100	27.384
Créditos tributários de contribuição social											
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	3.462	–	(1.819)	1.643	3.462	–	(1.819)	1.643	3.462	–	1.643
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	14.429	1.428	–	15.857	14.429	1.428	–	15.857	14.429	1.428	15.857
Contribuição social sobre BNDU	22	–	(14)	8	22	–	(14)	8	22	–	8
Passivo Contingente	6	11	–	17	6	11	–	17	6	11	17
Subtotal	17.919	1.439	(1.833)	17.525	17.919	1.439	(1.833)	17.525	17.919	1.439	17.525
Total	47.087	2.539	(4.717)	44.909	47.087	2.539	(4.717)	44.909	47.087	2.539	44.909

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2023, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

	2024		2025		2026		2027		2028		Total
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição	
Créditos tributários de imposto de renda											
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.035	735	69	–	–	–	–	–	–	–	1.839
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7.457	3.337	3.020	1.556	189	15.559	–	–	–	–	50
BNDU	50	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15
Outros passivos contingents	15	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8.557
Valor presente	7.761	3.349	2.304	1.053	116	14.583	–	–	–	–	8.557
	2024	2025	2026	2027	2028	Total					



HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90

Internet – <https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html>

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

13. Receitas e (Despesas) de intermediação financeira

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
a. Receitas			
Rendas de Arrendamento Mercantil	455.254	908.717	831.818
Superveniência de depreciação	123.891	252.366	227.126
Lucro na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	6.012	29.286	17.079
Outras	2.297	9.519	1.424
	587.454	1.199.888	1.077.447
b. Despesas			
Depreciação de bens arrendados	(367.740)	(736.448)	(671.033)
Insuficiência de depreciação	(83.817)	(185.132)	(169.767)
Empréstimos e repasses – Exterior (partes relacionadas)	(29.920)	(62.675)	(59.425)
Empréstimos e repasses – País	–	(214)	(2.202)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	743	(12.152)	(9.810)
Provisão (Reversão) para Perdas na Venda de Valor Residual	2.325	2.913	11.474
Amortização de perdas de arrendamento	(8.216)	(16.705)	(16.695)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	–	(38)	(146)
Outras	(997)	(2.285)	(1.813)
	(487.622)	(1.012.736)	(919.417)

14. Despesas de provisões

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de despesas administrativas (Nota 18)	(10.246)	(21.770)	(20.368)
Processamento de dados	(2.914)	(6.423)	(8.116)
Honorários advocatícios	(1.012)	(1.948)	(5.904)
Retorno de equipamentos e limpeza de dados	(707)	(1.210)	(2.591)
Outras	(242)	(497)	(501)
	(15.121)	(31.848)	(37.480)

15. Despesas tributárias

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Tributos estaduais e municipais	(18)	(61)	(218)
Imposto sobre serviços	(9.187)	(18.279)	(16.868)
PIS/Cofins	(4.835)	(9.698)	(10.039)
	(14.040)	(28.038)	(27.125)

16. Outras receitas (despesas) operacionais

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
a. Outras receitas operacionais			
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	1.094	2.410	2.124
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.382	2.179	41.811
Juros Selic sobre antecipação de IRPJ e CSLL	1.605	1.678	1.408
Outras	268	274	466
	4.349	6.541	45.809
b. Outras despesas operacionais			
Multas e juros sobre impostos	–	–	(1)
Descontos concedidos	(338)	(808)	(1.101)
Diversos	(42)	(300)	(179)
	(380)	(1.108)	(1.281)

17. Resultado não operacional

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	2.866	5.462	14.663
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	182	88	63
Outras (despesas) rendas não operacionais	104	51	(313)
	3.152	5.601	14.413

18. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Sociais e estatutárias – Dividendos	5.726	6.630
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	571.938	766.476
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	2.297	2.085

Resultado
Despesas com operações de empréstimos (*)
Compaq Trademark B.V. (62.461) (59.425)
Despesas administrativas
Rateio de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)
Despesas com pessoal corresponde a 86,44% do total do rateio. (21.770) (20.368)

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados, primariamente, na entidade HP Financial Services Brasil Ltda. Considerando salários e benefícios de curto prazo, os administradores receberam em no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 2.500 mil, dos quais repassados 80%, R\$ 2.000 mil, à Arrendamento Mercantil SA, uma vez que esta apresenta maior demanda no negócio e requerimentos e reportes ao Banco Central do Brasil.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre		
	de 2023	31/12/2023	31/12/2022
a. Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social			
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	8a	(1.268)	(4.687)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8a	(15.740)	2.508
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU	8a	61	(30)
Realização (Constituição) do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	9b	(15.790)	(6.269)
Base negativa de imposto de renda	8a	3.125	–
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido contingência passiva		(20)	32
Total ativo fiscal diferido		(29.632)	(8.446)
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 19.b)		–	(11.778)
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 19.b)		(8.210)	(15.828)
		(37.842)	(36.052)

20. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

21. Resultado não recorrentes

Não foram identificados resultados não recorrentes no semestre e exercício findo em 31 de dezembro 2023.

Em dezembro de 2022, a HPFSAM apresentou uma receita não recorrente no valor de R\$36.947 mil referente a um cliente, do segmento de óleo e gás, que teve seu saldo contábil de R\$19.271 mil baixado para prejuízo em 2015 de acordo à Resolução CMN 2.682/99 artigo 7º. Sobre a perda registrada foi, em conformidade com o artigo 9º da Lei 9.430/96, aplicada a dedutibilidade aos cálculos dos impostos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, tendo, neste semestre, a devida tributação sobre o valor recuperado conforme demonstrativo abaixo: Receita não recorrente 36.947 Base de cálculo 36.947 PIS – 0,65% 240 COFINS – 4% 1.478 CSLL – 15% 5.284 IRPJ – 25% 7.486

22. Limites operacionais (Acordo Basileia)

De acordo com a Resolução nº 4.677/2018 o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do Patrimônio de Referência (PR)
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Instituição está enquadrada nos demais limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.
O BACEN, através da Resolução nº 4.958/2021 define a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2023 é de 58,60% (46,21% em 31 de dezembro de 2022):

	31/12/2023	31/12/2022
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	103.429	125.473
Risco operacional (RWA _{OPAD})	24.048	19.992
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	162	140
Patrimônio de Referência Exigido	127.639	145.605
Parcela do Rban	4.438	2.115
Adicional de capital principal (ACP)	39.887	45.502
Patrimônio de Referência (PR)	934.900	841.099
Excesso de patrimônio em relação ao limite	762.936	647.877

23. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4.553/2017 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo pela empresa com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a Instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

i) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

ii) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição, implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratadas com taxas prefixadas e em CDI.

iii) Análise de sensibilidade

Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, a Instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação de metodologias de cálculo definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um dos cenários elencados abaixo:

- Cenário 1: choque de +100bps e +100bps nas curvas de juros e 5% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 2: Choque de +200bps e +200 bps nas curvas de juros e 10% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3: Choque de +300bps e +300 bps nas curvas de juros e 30% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Efeito bruto no resultado

	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
	Variação de Taxas de juros em reais	Variação cambial	Moeda estrangeira	Variação de Taxas de juros em reais	Variação cambial	Moeda estrangeira	Variação de Taxas de juros em reais	Variação cambial	Moeda estrangeira
	(8.937)	(17.632)	(26.096)	(37)	(74)	(221)			

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda (ganho) apurada para cada um dos cenários.

Risco de crédito

Com base em 31 de dezembro de 2023 o risco de crédito da instituição era composto por 1.535 clientes com exposição total de R\$ 1.570.895.

Para efeito do risco de crédito foram consideradas as operações de arrendamento mercantil financeiro e operações de arrendamento mercantil operacional. O Estudo foi elaborado considerando acréscimos na inadimplência da carteira de arrendamento mercantil.

Cenário base: Apesar dos aproximados 4 anos, desde o início da pandemia/COVID-19, a economia mundial ainda apresenta efeitos colaterais com elevadas taxas de juros, e segue impactada pelas consequências da guerra na Ucrânia adicionada a de Israel. A maioria dos países ainda estão mantendo altas taxas de juros e seguem tentando controlar a inflação. Ainda que os governos contribuam com apoio fiscal e os Bancos Centrais mantenham medidas expansionistas, as perspectivas são de desaceleração mundial, o que não difere no tocante Brasil que buscando uma trajetória de recuperação espera avanços na agenda do governo em termos de reformas que ajudariam a fortalecer o País. Apesar deste cenário mundial a HPFSAM mantém bons volumes de negócios com previsão de crescimento mínimo de 5%, em relação às operações registradas no ano de 2023.

Cenário moderado: Decorridos aproximados 4 anos do início da pandemia COVID-19, a economia mundial ainda apresenta efeitos colaterais com elevadas taxas de juros e índices inflacionários. O novo cenário de guerra, na Ucrânia e em Israel, tem gerado impactos desfavoráveis na economia mundial. A escassez de matérias primas tem impactado na produção de equipamentos em geral o que, seguindo a lei da oferta e demanda, corrobora para subida de preços e consequente aumento da inflação.

O atual governo brasileiro, atuando a pouco mais de um ano, trouxe a expectativa de reformas importantes, estabelecendo como prioridade o ajuste fiscal, tendo em dezembro de 2023 a aprovação da reforma tributária com sua implementação gradativa a médio e longo prazos, e apesar das expectativas positivas em relação à reforma tributária, o governo segue aumentando os gastos públicos e impostos, gerando incertezas sobre a economia brasileira.

Cenário de estresse: Apesar do Banco Central Brasileiro reduzir, de forma moderada e gradativa, a taxa de juros, já com reflexos na queda da inflação, o mercado ainda não está confortável visto os gastos do governo e dificuldades com algumas pautas tributárias no congresso podendo gerar uma vulnerabilidade no controle inflacionário. O Banco central segue intervindo no mercado de câmbio para sustentar a moeda em queda, quando necessário.

Construindo um resumo dos impactos inflacionários (em diversos países), ainda decorrentes da pandemia/COVID-19, somado aos das guerras na Ucrânia e em Israel, em conjunto com as sanções dos países ao governo Russo e processo de eleição presidencial em vários países durante o ano de 2024, o cenário econômico mundial segue apresentando incertezas com impactos negativos nas economias. Com base nos cenários acima descritos, foram calculados os seguintes impactos na carteira de arrendamento mercantil da instituição.

Cenário base: o valor da inadimplência era de R\$ 6.231 representando um percentual de 0,40% sobre a exposição total que era de R\$ 1.570.895.

Cenário Moderado: foi considerado um acréscimo no nível de inadimplência de 0,5% elevando o valor em 7.854.

Cenário de Estresse: neste cenário consideramos o nível de inadimplência em 1,5% com um acréscimo de R\$ 23.563 no valor da inadimplência.

24. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes até a presente data.

25. Assuntos diversos

a) Alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:
Resolução CMN nº 4.966/21, em vigência e complementações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, dentre os quais, reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, dentre os quais destacamos: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

O plano de implementação estabelecido pela HPFSAM, originalmente baseado nas definições da Resolução CMN nº 4.966/21, dentro do seguimento S4 com aplicação da metodologia simplificada, sofreu alterações contemplando a Resolução CMN nº 352 de novembro de 2023. Face ao novo cenário, HPFSAM se encontra na fase de adequação do plano com previsão de conclusão dentro do 1º trimestre de 2024, prevendo fases de desenvolvimento e testes dentro do 2º e 3º trimestres de 2024, possíveis ajustes no início no 4º trimestre de 2024 com efetiva implementação em 1º de Janeiro de 2025. Para alcançar esse objetivo, foi constituído um grupo de trabalho específico, composto por diversas áreas, com foco para identificar os impactos na aplicação das presentes normativas e seguimento desta implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar sobre as expectativas de publicação de normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, sobre os quais, se couber, novos ajustes ao Plano de Implementação poderão ser executados.

Resolução CMN nº 4.975, publicada em dezembro/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução em pauta estabelece princípios contábeis para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O CPC 06 (R2) alinha-se às normas internacionais de contabilidade, principalmente à norma IFRS 16, que trata do mesmo assunto a nível internacional. Apresenta, ainda, como principais alterações, quando comparada às normas anteriores, impactos para arrendatários sendo: (i) ausência de classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso tendo como contrapartida um passivo de arrendamento com registro de despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e despesas de depreciação sobre o ativo de direito de uso sendo, essas, reconhecidas separadamente. Instrução Normativa ECB nº 319 publicada em 4 de novembro de 2022, revogando a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis da companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos
Presidente

Brad Stuart Shapiro
Membro

Susy Aparecida dos Santos
Membro

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio
Diretor

Alberto Hiroshi Okawa
Diretor

CONTADORA

Susy Aparecida dos Santos
CRC 1SP 255.088/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. | São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.